

Três momentos de atualidade do Manifesto comunista

MARCOS DEL ROIO*

INTRODUÇÃO

Uma questão inicial a ser esclarecida a fim de que se possa enfrentar o problema da atualidade do *Manifesto comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels é o porquê dessa 150ª efeméride estar despertando tanta atenção e até entusiasmo na intelectualidade marxista das mais vastas áreas do planeta. Parece que esse evento que vem ocupando milhares de pessoas em todo o mundo tende a representar um passo, ainda que pequeno, no longo processo de refundação comunista, após uma estagnação de décadas que culminou com a catastrófica desintegração do socialismo de Estado e a vitória do império liberal do Ocidente. E como refundar o comunismo significa refazer e retomar dialeticamente seus fundamentos, para que se possa efetuar a crítica radical do atual processo de produção do capital, é de grande importância política e cultural deslindar a atualidade do *Manifesto comunista*.

De maneira geral, falar da atualidade do *Manifesto comunista* significa reafirmar a atualidade da revolução socialista, de sua ontologia e de seus objetivos históricos. Significa também interrogar sobre os sujeitos da transformação, sobre a práxis e o método dialético negativo da ordem do capital. Mas a atualidade do *Manifesto* pode ser vista em mais de um momento, até para que se possa observar sua profundidade analítica da conjuntura e do processo histórico em prazo maior.

Num primeiro momento é preciso notar a atualidade do *Manifesto* na ocasião mesma em que foi escrito, sua capacidade de apreender as contradições da conjuntura e da época histórica. Um outro momento importante de atualidade prática do *Manifesto* encontra-se na eclosão da revolução socialista internacional a partir da Rússia em 1917. Por fim, a atualidade do *Manifesto* se refere e diz respeito à época em que vivemos e agimos e o quanto preserva de poder explicativo e de estímulo à ação transformadora do real. O que articula esses momentos é a permanente atualidade da questão da revolução socialista enquanto estiver a humanidade sob o domínio do capital,

assim como a pergunta — crucial do ponto de vista metodológico e político — sobre quem pode constituir o ser coletivo em condições de negar o capital e emancipar a humanidade.

Esses momentos de atualidade são intercalados, segundo a hipótese que este artigo apresenta, por dois interregnos mais ou menos longos, durante os quais predominou a visão do *Manifesto* apenas como sendo um importante documento histórico, mas que pouco tinha ainda a dizer sobre as questões relativas ao desenvolvimento da revolução socialista. Na verdade, o debate que ocorre agora encontra defensores tanto da posição da atualidade do *Manifesto* enquanto análise sintética do processo produtivo do capital e orientação para a práxis revolucionária, como da posição que argumenta encontrar-se no *Manifesto* a descrição de uma realidade superada pelo processo histórico subsequente.

ATUALIDADE IMEDIATA: PREVISÃO E PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO

O ponto de partida metodológico e teórico-prático da formulação marxiana, e expressa também no *Manifesto*, é a posição e o movimento do *outro*, do negativo da ordem sócio-histórica — o que redundará na luta de classes —, pois que esse é o portador do futuro. Para Marx, a materialidade e a ontologia da luta de classes, em sua última forma histórica, encontra-se no processo produtivo do capital e na sua transposição, e só quem pode fazer isso é o proletariado enquanto *outro* do capital.

Antes que tudo, no *Manifesto*, Marx e Engels apresentam a burguesia como classe social que conduz o processo produtivo e que acumula capital. Surgida da desagregação da ordem feudal, a sociedade burguesa ganhou impulso com o Ocidente se expandindo e se apropriando do mundo, e com a concomitante substituição da corporação feudal pela manufatura. Mas a burguesia moderna só se conforma plenamente enquanto classe dominante com o surgimento da grande indústria, quando a formação do mercado mundial é acelerada. Nesse processo transforma continuamente os meios de produ-

* Professor de Ciência Política da Unesp (Marília); presidente do Instituto Astrojildo Pereira.

ção, incorpora e submete todos os povos. A burguesia tudo transforma com o objetivo de criar um mundo novo e homogêneo, não se dando conta de que seu projeto e seu sonho estão sendo sempre atormentados pela gestação do *outro* ser social antagônico.

De maneira geral, falar da atualidade do *Manifesto comunista* significa reafirmar a atualidade da revolução socialista, de sua ontologia e de seus objetivos históricos. Significa também interrogar sobre os sujeitos da transformação, sobre a práxis e o método dialético negativo da ordem do capital.

A necessidade de desobstrução da dinâmica do capital passa pela transposição da ordem feudal, com sua visão de desigualdade natural e de hierarquia social, pois que, sem esse passo, o mercado do capital não pode se desenvolver sobre o alicerce das novas forças de produção que pressionam por passagem. Esse movimento, no entanto, exige esforços que implicam crises produtivas de maior ou menor monta, que promovem a destruição de forças produtivas acumuladas, a fim de garantir a conformação de outras e a decorrente ampliação de horizontes, de mercado e de poder.

De tal maneira, a revolução burguesa surge como liberação do processo produtivo do capital das amarras do passado, o mesmo processo que cria as condições para a burguesia emergir como classe dominante da nova ordem. Isso ocorre na medida em que o movimento histórico e a ação de todas as outras camadas sociais que se opõem ao feudalismo convergem com os interesses de classe da burguesia. É nesse sentido também que as idéias do liberalismo, enquanto elemento constitutivo da revolução burguesa, passam a predominar. O ideário do liberalismo, interlocutor privilegiado de Marx e Engels no *Manifesto*, aponta para um mundo de homens livres e iguais no mercado do capital normatizado pela lei civil promulgada e garantida por um Estado surgido de alguma forma de pacto ou acordo social.

Os eventos revolucionários desencadeados em Paris a partir de fevereiro de 1848, apenas algumas semanas de concluída a redação do *Manifesto comunista*, demarcam o último ato da burguesia como classe revolucionária e portadora do futuro. E isto por dois motivos interligados: de um lado, se consolidava o poder político burguês, e, de outro, nos meses seguintes, pela primeira vez na história, o proletariado se apresentaria como sujeito autônomo dotado de interesses e projeto próprio. Ou seja, ao mesmo tempo que se concluída a revolução burguesa, o proletariado se apresentava, ainda que fugazmente, como classe e como partido, necessidade indicada no *Manifesto*.

A revolução burguesa de 1848, enquanto tal, se orienta para a formação e fortalecimento de Estados nacional-liberais por amplas zonas da Europa, forma de ampliar o próprio mercado capitalista. A expansão da revolução para regiões da Itália, Alemanha e Oriente europeu fez com que parecesse emergir a “primavera dos povos” e a formação de uma constelação de Estados nacional-liberais com respaldo popular. Mas a tibieza da burguesia e a percepção de que essa mesma onda revolucionária levava em seu bojo a virtualidade da revolução proletária internacional, e a conseqüente negação da ordem do capital que apenas se consolidava, promoveu o reencontro da burguesia com as velhas classes dirigentes feudais.

De todo modo, para Marx e Engels o espaço da revolução socialista estava delimitado pelo espaço dentro do qual a ordem do capital se mostrava vencedora e se consolidava. E isso apesar de terem eles em clara conta que a vitória histórica da burguesia e do processo de reprodução ampliada do capital implica a necessidade do saque e da expansão mundial do mercado. Acontece porém que o proletariado, enquanto *outro* negativo do capital gestado no seu próprio processo produtivo, existe objetivamente apenas onde existe a grande indústria ou onde esta está em via de se impor. Assim, o espaço da revolução proletária socialista, em 1848, não pode ser mais que o núcleo do Ocidente: a Inglaterra, a França, a Bélgica, e que poderia envolver parte da Alemanha, da Itália e a Boêmia. Aí estavam os proletários de todos os países que deveriam se unir!

Segundo o *Manifesto*, o ponto de partida para a revolução socialista (comunista, melhor dizendo) é a constituição do proletariado enquanto classe e partido político. Isto significa que o proletariado deve estar arregimentado e dotado de uma vontade coletiva que se consubstancia num programa político e num projeto histórico respaldado por uma teoria. O objetivo histórico imediato do proletariado assim constituído é a tomada

do poder político, a instauração da democracia e a destituição da burguesia como classe dominante. Para que isto efetivamente ocorra é necessária a expropriação dos grandes meios de produção que se tornam propriedade social. Evidente que isto exige uma atitude ditatorial e uma violação do “direito de propriedade”.

O poder político proletário tem por programa e objetivo histórico a supressão das relações sociais de produção capitalistas fundada no princípio da propriedade privada e também de todo o poder político enquanto este significa o poder coercitivo de uma classe sobre outra. O poder proletário visa então a diluição de toda forma de poder político e de Estado político, o fim da exploração, o fim da dominação política e a emergência de um Estado efetivamente público no qual a liberdade humana possa se manifestar em condições de igualdade. Nesse mesmo processo os conflitos entre as nações, próprios da época burguesa, aos poucos tornam-se relações de complementaridade e cooperação, possibilitando a difusão da ciência, técnica e alta cultura do Ocidente por toda a humanidade.

PRIMEIRO INTERREGNO

A derrota da revolução proletária de 1848 e a dissolução da Liga dos Comunistas em 1852 acabaram jogando o *Manifesto* no limbo por anos. Quando o movimento operário retomou ímpeto e organizou-se a partir de 1864 na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a circunstância era outra e a necessidade de unir tendências diversas acabou obscurecendo o notável panfleto. Foi após a derrota da Comuna de Paris (1871) e a definitiva fratura da AIT que novas edições e traduções do *Manifesto* vieram a público. De um lado, incluído no esforço de ordenar minimamente os seguidores das concepções de Marx e Engels, e, de outro, como fruto da expansão geográfica do movimento operário e da teoria socialista (e de certo modo também do processo de produção do capital). No “Prefácio” à edição alemã de 1872, Marx e Engels reconhecem que, obviamente, passagens do documento — como o programa imediato e a crítica das tendências socialistas — são datadas, mas que — o mais importante — os princípios gerais preservam toda a exatidão.

De maneira implícita, Engels reconhece que o relativo obscurecimento do *Manifesto*, que em certa medida passa a ser visto apenas como documento histórico, ocorreu em paralelo com a perda de radicalidade da ação política do proletariado, aliás como chamava a atenção o marxista italiano Antonio Labriola. No “Prefácio” à edição inglesa de 1888, Engels tenta justificar o fato de o

Manifesto se identificar com o nome de comunista e não com o de socialista, que era como se chamava a maior parte dos grupos políticos criticados no *Manifesto* e também os partidos operários que estavam prestes a compor a Segunda Internacional.

Na “Introdução” de 1895 ao opúsculo de Marx *A luta de classes na França (1848-1850)*, considerada seu “testamento político”, Engels faz uma análise da contradição em processo do desenvolvimento capitalista e da luta operária do meio século precedente. Mesmo sem fazer digressões sobre o *Manifesto*, Engels reafirma a análise geral nele contida do processo capitalista, mas observa criticamente a tática política então utilizada pelo movimento operário, identificada como “jacobina”, assim como a ilusão de que as contradições do capital estivessem num nível de transbordamento. Como se sabe, Engels passa a defender uma linha política de acumulação de forças, de organização do crescente “exército” proletário, combinando luta sócio-cultural com luta político-institucional, visando ocupar todos os espaços sócio-políticos possíveis e assim empreender uma operação de cerco ao poder burguês.

A deformação do “testamento de Engels” perpetrada por expoentes da social-democracia alemã não só deu respaldo e legitimidade ao reformismo como reservou o limbo para o *Manifesto comunista*. A intrusão neokantista e positivista na teoria marxista “oficializada” na Segunda Internacional, ao tentar valorizar os aspectos mais “científicos” e “econômicos” da obra de Marx, não só menosprezou os escritos de juventude como também a dialética que é a própria essência da formulação teórica marxiana. O resultado foi também o acantonamento do *Manifesto comunista*, particularmente no que se refere ao programa político geral e à necessidade ali expressa da tomada do poder político pelo proletariado constituído em classe.

A ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO EM PROCESSO

É precisamente no embate contra o reformismo, predominante no movimento operário, e contra a guerra imperialista que ocorre o resgate da dialética e a refundação da crítica prática da ordem do capital. O recurso à dialética torna-se necessário a fim de dar uma nova ênfase ao estatuto da vontade organizada antagônica à dinâmica histórica conduzida pelo capital, na qual o reformismo social-democrata garantia uma inserção subalterna do proletariado. O renovado destaque da questão do *outro* é posto pelo ingresso da acumulação do capital em nova fase, caracterizada pela inevitabilidade da guerra e dos

conflitos interimperialistas. O crescente predomínio dos monopólios na produção e no mercado, assim como sua interação com o poder político, colocaram em crise o liberalismo tanto como política econômica quanto como ideologia da ordem.

A intrusão neokantista e positivista na teoria marxista “oficializada” na Segunda Internacional, ao tentar valorizar os aspectos mais “científicos” e “econômicos” da obra de Marx, não só menosprezou os escritos de juventude como também a dialética que é a própria essência da formulação teórica marxiana.

Monopólios econômicos e concentração do poder político estatal com vistas à guerra sugerem, sem dúvida, uma superação das condições do capital indicadas no *Manifesto comunista*. A nova atualidade teórico-prática desse breve texto advém precisamente da sentida necessidade da refundação comunista nas circunstâncias postas pela iminência da guerra imperialista e pela incapacidade do reformismo em lhe fazer frente. Embora o processo produtivo do capital se encontrasse numa nova fase, diferente da época da consolidação da ordem burguesa na qual o *Manifesto* fora redigido, a questão central, presente naquele panfleto, e que ganhava nova atualidade, era a da constituição do proletariado enquanto classe e partido político tendo em vista a derrubada da burguesia e a conquista da democracia. Ou seja, a atualidade do *Manifesto* foi re-posta pela própria atualidade da revolução socialista.

Não se trata de uma casualidade a mudança do nome do agrupamento bolchevique vitorioso para Partido Comunista, por proposição de Lênin, em 1918. A reivindicação à radicalidade crítica exposta no *Manifesto* de 1848, assim como a disposição em romper com o reformismo, é explícita! O texto inacabado de Lênin, *O Estado e a revolução*, básico no processo de refundação teórica do comunismo, recorre diretamente ao *Manifesto*. Lênin enfatiza a questão da natureza de classe de todo

poder político, a necessidade da constituição do proletariado como classe dotada de um partido de vanguarda capaz de levá-la à conquista do poder e dar início ao programa de internacionalização da revolução e de gradativa extinção do aparato estatal. É sintomático que Lênin ignore o “testamento de Engels”, já que esse, após passar pela “censura” da imprensa social-democrata, havia se transformado em arma legitimadora do reformismo.

É exatamente a via parlamentar que o reformismo fazia vir à tona do texto de Engels, deixando na sombra a luta de massa e a necessidade de derrotar o capital em todas as dimensões da vida social, que Rosa Luxemburg criticava vivamente. Em fins de 1918, no congresso de fundação do Partido Comunista da Alemanha, Rosa resgata o *Manifesto comunista*, chamando a atenção em particular para o “Prefácio” de 1872, reafirmando a necessidade da destruição do mecanismo estatal existente, por tratar-se de elemento imprescindível na reprodução da ordem do capital e que não pode ter sua função meramente alterada para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A barbárie da guerra imperialista só poderia ser confrontada, na acepção tanto de Lênin quanto de Rosa, pela revolução socialista internacional que implicaria a expropriação das burguesias imperialistas e o desmantelamento das máquinas estatais que estavam conduzindo o massacre. Mas para que a revolução fosse viável era necessário que o movimento operário fosse subtraído da hegemonia reformista. Essa operação significava a (re)constituição do proletariado enquanto classe e partido político, cuja condição inicial era a cisão teórico-prática com o reformismo a fim de que a refundação comunista tomasse corpo.

Na Rússia, esse processo ocorreu com maior rapidez em função da configuração recente da indústria e da produção capitalista sob a vigência de um poder político autocrático, condição pouco propícia à consolidação do reformismo. Quando o processo revolucionário foi desencadeado, em março de 1917, a cisão entre os reformistas e aqueles que apregoavam o imediato poder proletário era já um fato consumado. Na Alemanha, a cisão com o reformismo ocorreu em definitivo tão-somente no fim de 1918, quando a contra-revolução estava já articulando suas forças com auxílio da social-democracia. Mas foi com a fundação da Internacional Comunista, em março de 1919, que a cisão com o reformismo se consolidou no seio do conjunto do movimento operário e socialista.

Pode-se então afirmar que o *Manifesto comunista* ganhara uma nova atualidade teórico-prática entre 1917

e 1921. Esse é o período em que o proletariado se recompõe internacionalmente enquanto classe e partido dotado de uma teoria e de um projeto, desenvolvendo-se assim a revolução socialista internacional. Eclodida na Rússia em março de 1917 como revolução democrática liberal, transformou-se rapidamente em revolução socialista, cuja condição de vitória era a difusão para um espaço internacional que englobasse territórios com forças produtivas do capital mais desenvolvidas. Assim, o espaço da revolução socialista deveria se ampliar rapidamente para a Alemanha, conformando uma revolução russo-alemã. Esta teria o potencial de cobrir, além de toda a Europa oriental, Itália e França, no Ocidente, e China, no Oriente.

Em fins de 1918, no congresso de fundação do Partido Comunista da Alemanha, Rosa resgata o *Manifesto comunista*, chamando a atenção em particular para o “Prefácio” de 1872, reafirmando a necessidade da destruição do mecanismo estatal existente, por tratar-se de elemento imprescindível na reprodução da ordem do capital e que não pode ter sua função meramente alterada para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A derrota da ofensiva da classe operária e da revolução socialista internacional, que desde 1921 ficou circunscrita ao território do antigo império czarista, significou o início da recomposição hegemônica do capital e a manutenção do predomínio do reformismo no interior do movimento operário. Com isso, a subjetividade antagonista expressa na fundação comunista sofreu uma derrota que obrigou a um deslocamento do eixo da análise e da ação política que, dialeticamente, passou a privilegiar as forças objetivas da contradição em processo. O resultado foi a elaboração da linha política da frente

única, cuja implicação era a aliança com o reformismo, sem que se diluísse (por enquanto) a dialética presente no *Manifesto* e que a refundação comunista operada por Lênin e Rosa havia resgatado.

SEGUNDO INTERREGNO

No decorrer dos anos 20, uma renovada e multifacética intrusão positivista no movimento comunista, que afetou particularmente o partido comunista bolchevique, abriu o caminho para um novo e prolongado interregno do *Manifesto comunista*, naquilo que significa de abordagem ontológica do capital em processo e da necessidade de a revolução socialista ser operada pelos trabalhadores constituídos em classe e partido, tendo em vista o fim da exploração e do Estado político. A segunda fase, de refluxo, da fundação comunista se manifestou nas formulações de Lukács e Gramsci, justamente os dirigentes revolucionários que melhor formularam a política de frente única enquanto orientação revolucionária adequada às condições de contra-ataque do capital.

O stalinismo, conformado como regime político a partir de 1929, representou a própria negação não só da fundação comunista mas também do *Manifesto*, na medida em que preservou a exploração e fortaleceu o Estado político, generalizando, antes que suprimindo, a propriedade privada na esfera falsamente pública do Estado. O acoplamento político-cultural do movimento comunista mundial ao socialismo de Estado vigente na URSS e império submergiu a radicalidade crítica presente no *Manifesto*, conduzindo os partidos comunistas para uma variante de reformismo.

Ao contrário do que supôs Lênin, a fase imperialista do capital não se identificou com o período de “apodrecimento” do capitalismo ou mesmo de decadência cultural como chegou a afirmar Lukács. Foi Gramsci o primeiro a perceber que após a derrota da revolução socialista internacional, sob formas variadas de revolução passiva, teve início uma fase de recomposição da hegemonia do capital na sua fase imperialista. Não só o stalinismo surge como uma específica forma de revolução passiva do Oriente que processa uma acumulação do capital fincada na apropriação estatal dos meios de produção, como o imperialismo se rearticula em torno do corporativismo fascista e do americanismo fordista.

Após a derrocada militar do fascismo, em 1945, o americanismo-fordista tende a se generalizar como a forma produtiva do capital na fase imperialista. Essa nova hegemonia foi completada com a teoria econômica de lord

Keynes que deu respaldo às políticas governamentais que deram vida ao Estado assistencial (o chamado *Welfare State*). Um acordo tácito entre a burguesia e as instituições sócio-políticas do movimento operário preservou e ampliou o governo representativo e os direitos sociais em troca do reconhecimento da hegemonia do capital e de sua dinâmica de acumulação.

Assim, diante do predomínio do stalinismo e do americanismo, o *Manifesto comunista*, com tudo que significa de análise ontológica do processo produtivo do capital e da concomitante geração de uma subjetividade antagônica à ordem, mais uma vez viu-se relegado ao limbo, visto como um documento histórico que teve sua importância no seu tempo, mas não mais que isto. Essa interpretação da importância do *Manifesto* apenas como documento histórico é um indício forte da subalternidade das forças do trabalho diante da hegemonia do capital. Ao contrário do que imaginavam Lênin e Rosa, mas próximo das análises de Gramsci, o reformismo voltou a ganhar força na época imperialista fordista, na medida em que conseguiu auferir espaços políticos e ganhos sociais para a classe operária.

A ATUALIDADE REPOSTA PELA GLOBALIZAÇÃO

Aconteceu, porém, que, em meados dos anos 70, o capital passou a encarar os direitos sociais e o fortalecimento institucional do movimento operário, associado à notável contestação sócio-cultural, como responsáveis pelos limites que a reprodução ampliada passou a encontrar, assim como pela crise fiscal do Estado. As contradições intra-imperialistas e o fortalecimento militar da URSS também contaram como elementos importantes para que o capital desencadeasse forte ofensiva preventiva visando recompor sua hegemonia e enfrentar o declínio das taxas de acumulação.

A ofensiva do capital contra o mundo do trabalho visando a superação da crise de valorização ganhou o nome de globalização. Uma designação de forte teor ideológico, mas que vem ganhando um significado científico crítico bastante aceitável. O processo de globalização pode ser visto como uma nova revolução burguesa de âmbito mundial, mas não uma revolução, evidentemente, que visa a construção de um mundo novo sobre as ruínas da velha ordem. Muito pelo contrário, essa revolução burguesa tem por objetivo o pisoteamento dos direitos sociais da força de trabalho que foram conquistados na era imperialista pela luta do movimento operário e pela pressão ideológica e militar do socialismo de Estado, fazendo com que essa re-

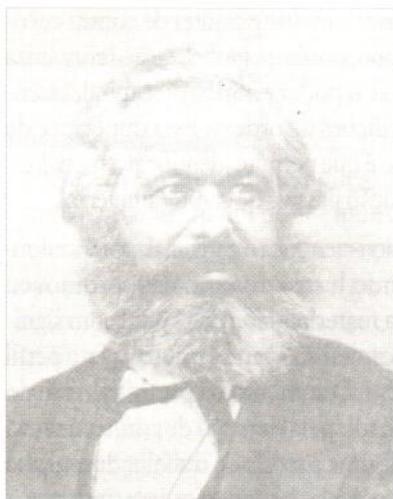
volução burguesa assumia um forte caráter de contra-revolução. Ao mesmo tempo, porém, a globalização reorganiza o processo produtivo e o poder político do capital, fazendo avançar as contradições da ordem. Essa dupla face de revolução/restauração é que permite identificar a globalização como uma revolução passiva de caráter universal.

A revolução técnico-científica e gerencial, potencializada a partir do segundo lustro dos anos 70, promoveu alterações na própria materialidade do capital com significativo aumento do capital constante e mudança no perfil do mundo do trabalho. O aumento da produtividade do trabalho é acompanhado pela dotação de conhecimento técnico e científico de uma parcela de trabalhadores, pela superação histórica dos trabalhadores fordistas-taylorizados, em diminuição gradativa tanto do ponto de vista numérico como no poder de contratação, e pela criação de uma massa gigantesca de trabalhadores precários.

Esse esforço de recomposição da reprodução ampliada do capital é possível em decorrência do excedente obtido pelo setor financeiro especulativo que conduz a passagem do capital para a nova fase de acumulação. No entanto, é possível dizer que o investimento do capital financeiro na inovação tecnológica é apenas parcela, pois o grosso de sua reprodução advém do próprio mercado financeiro que se encontra dissociado do processo produtivo material. Isto significa que o capital tende, no seu atual processo de reprodução, a se dissociar da força de trabalho, cuja exploração está embutida no seu próprio ser.

A ofensiva do capital, recompondo sua própria materialidade e alterando drasticamente o perfil do mundo do trabalho, introduz uma crise sem precedentes nas instituições sociais e na ideologia do movimento operário que se encontravam estruturadas em torno da classe operária fordista. Assim, tanto a vertente comunista como a social-democrata do movimento operário, diante do gradativo esfrelamento de sua base social e política, passaram a buscar consensos eleitorais em camadas sociais integradas ao processo de transformação conduzido pela ação do capital, num esforço de sobrevivência política e tentativa de influir na marcha dos acontecimentos, ainda que de maneira subalterna.

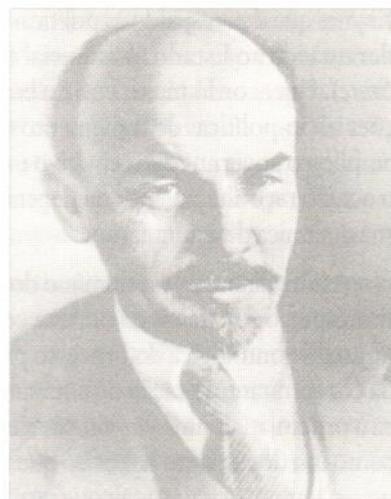
Na verdade, tanto comunistas como social-democratas enveredaram num esforço “transformista” para sobreviver na passagem de uma revolução passiva a outra, da recomposição imperialista fordista do capital após o impacto da revolução socialista de 1917-1921 à nova ofensiva que está induzindo à desterritorialização e mundialização do capital. É nessa passada que emerge a idéia



Marx



Engels



Lênin

da “crise do marxismo”, que nada mais é que a crise da camada intelectual articulada ao movimento operário fordista e de sua ideologia.

Com suas linhas de defesa em crise – sindicato, partido e cultura –, o mundo do trabalho encontra-se vulnerável ao ataque do capital contra os espaços políticos e contra os direitos sociais conquistados dentro do Estado nacional. O argumento do novo “clero” ligado à oligarquia financeira é que tanto os direitos sociais do mundo do trabalho quanto a existência de empresas públicas e estatais oneram a produção e acentuam a crise fiscal do Estado, motivos e objetos estes da ofensiva do capital. Assim, a redução paulatina dos direitos sociais se acopla à privatização dos recursos naturais e de meios de produção sob controle estatal, particularmente nos Estados mais débeis e periféricos do sistema mundial que têm sua soberania debilitada e seus mercados assediados e colonizados.

A formação de blocos regionais, por sua vez, esvazia o conteúdo democrático efetivo dos governos representativos nacionais em favor de novas burocracias diretamente ligadas aos interesses do capital financeiro. Ao mesmo tempo, a “democracia” se consolida como ideologia política predominante nessa era da globalização, fazendo parte do discurso de agrupamentos políticos os mais diferenciados, mas todos convergindo na convicção da insuperabilidade da ordem do capital. Nesse momento, a ideologia da liberal-democracia tende a se confundir com a liberdade sem limites do capital, cujo desdobramento é a redução da grande maioria da humanidade a formas variadas de servidão. A liberdade do capital como único sujeito implica o poder sem restrições da oligarquia financeira global num livre-mercado de monopólios cada vez maiores, sobrepostos a uma massa de indivíduos despossuídos, con-

formados numa subjetividade egóico-proprietária, e essa realidade é chamada de “democracia”.

Dessa maneira, a globalização repõe dialeticamente a atualidade do *Manifesto comunista* redigido em 1848 por Marx e Engels, na medida em que se constata que a burguesia invadiu todo o globo e o capital mundializou-se, tendendo, nessa esteira, também os padrões culturais a se mundializar. Elemento de grande atualidade discernível nesse insuperado documento é que a crescente concentração da riqueza social, intrínseca à própria dinâmica do capital, criou uma oligarquia imperial transnacional que tem sua ideologia liberal defendida e difundida por uma vasta e diversificada camada intelectual. Em oposição a esses encontra-se uma crescente massa de proletários fragmentados na sua composição social e inoperantes na ação política, incapaz, esse *outro* objetivo do capital, de compor uma renovada subjetividade antagonista.

O desafio reposto ainda uma vez é, portanto, a constituição do proletariado como classe e como partido político dotado de uma teoria crítica, negativa da ordem, e de um projeto histórico. Mas trata-se, agora, da constituição de um proletariado global, pois que o espaço da revolução socialista não pode ser outro senão o inteiro território do império universal do Ocidente liberal que enfim cobre todo o planeta. Certo que esse proletariado global a ser constituído politicamente é diversificado ao extremo, incluindo a nova classe operária gestada na revolução técnico-científica, os operadores informacionais autônomos, a classe operária fordista e a grande massa de trabalhadores precários. Esse desafio exige uma refundação teórico-prática do comunismo enquanto movimento que supera o atual estado de coisas, que, rejeitando todo o formalismo, resgate a radicalidade crítica presente no *Manifesto comunista*.